

Câmara fixa Feira do Paraguai

Lei mantendo feirantes no Mané Garrincha é aprovada por unanimidade. GDF e MP exigem retirada

108
SAMANTA SALLUM

A Câmara Legislativa comprou a briga pela permanência da Feira do Paraguai no estacionamento do Estádio Mané Garrincha e está disposta a enfrentar o Ministério Público (MP) e a Receita Federal. Ontem os deputados aprovaram por unanimidade projeto de lei que autoriza a fixação da Feira no local, ignorando o parecer do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) que impede a concessão de qualquer área dentro do Plano Piloto aos feirantes. Logo após a aprovação, o MP e o Governo do Distrito Federal reafirmaram que os camelôs terão que sair do local e legalizar sua atividade.

A votação do projeto, de autoria dos deputados Manoel de Andrade e Odilon Aires, ambos do PMDB, não estava prevista na pauta da sessão de ontem. Mas por pressão dos deputados e de cerca de 600 feirantes que lotaram a galeria, os corredores e a entrada da Câmara, foi aberta uma sessão extraordinária para votar a proposta.

O texto final aprovado foi originado da fusão de dois projetos. O primeiro, do deputado Manoel de Andrade que concede à Feira do Paraguai o nome de Feira de Brasília e garante o direito de permanência no Mané Garrincha. O outro, do deputado Odilon Aires destina a área para atividades relacionadas com a Feira de Produtos Industrializados.

Miami - O projeto final foi aprovado com 20 votos favoráveis e quatro ausências. Todos os deputados fizeram questão de aproveitar a "canja" para ganhar uma fatia dos votos dos feirantes. "A Câmara vai dar a vocês dignidade e legalidade. A Feira do Paraguai vai se transformar na Miami do Brasil", disse Marcos Arruda (PMDB), para delírio dos feirantes que gritavam "Vitória, vitória". Os feirantes comemoraram a aprovação do projeto com bas-

ante alvoroço, certos de que o problema está resolvido. "Deus está conosco. Agora não saímos mais do Estádio", disse Meire Amorim, uma das lideranças da Feira.

O deputado Manoel de Andrade prometeu lutar contra o governador Cristovam Buarque, caso ele não sancione o projeto. "Se o Governo vetar a gente derruba", garantiu. O deputado Luiz Estevão (PMDB) ainda acrescentou: "Vamos encarar essa. Se precisar vamos lá no Ministério Público discutir. Os feirantes não podem se tratados como gado".

Apoio - A bancada governista garantiu que o GDF não quer a remoção da feira do Mané Garrincha. "O Governo está sendo pressionado pelo Ministério Público. E se pode liberar áreas para expansão do comércio lojista, porque não se pode liberar aquele local para os feirantes", questionou Lúcia Carvalho (PT), presidente da Câmara Legislativa. "Como posso votar contra esse projeto se foi o meu governo que os colocou lá", comentou o deputado Wasny de Roure (PT).

Miquéias Paz (PT) foi o único deputado que alertou os feirantes: "É preciso esclarecer que vocês não poderão continuar vendendo contrabando. Se o Ministério da Fazenda decidir que o Exército entre na Feira, nós não podemos impedir", advertiu.

Com o projeto aprovado, compete agora ao governador Cristovam Buarque vetar ou sancionar a lei. O prazo concedido para a legalização da Feira do Paraguai está se esgotando. Se em dez dias a situação não for regularizada, o GDF poderá pagar multa de 100 salários mínimos por dia. O governador tem 15 dias para apreciar o projeto. Mas pode não se manifestar e, nesse caso, a Câmara tem o poder de promulgá-lo. Dessa forma, Cristovam transfere o problema para o Legislativo que terá de se entender com o Ministério Público.



Cerca de 600 feirantes ocuparam a Câmara, pressionaram os deputados e comemoraram a aprovação do projeto que mantém a Feira no Estádio

Davi Zocoli